

O ITEM LEXICAL *TÁ* EM USO

Milena Ferreira Hygino Nunes (UENF)

milena.hygino@gmail.com

Tanisse Paes Bóvio Barcelos Cortes (UENF)

tanisseboviorp@gmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar o item lexical *tá* em diferentes usos, sob a perspectiva funcionalista da linguagem. Tradicionalmente, esse vocábulo é categorizado pela gramática prescritiva como a contração da terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo estar, mas essa rotulação não abrange a variedade de usos que ele apresenta. A hipótese é que o item *tá* vem sofrendo alterações semânticas e sintáticas, sob o crivo de um processo de discursivização e talvez de gramaticalização, sendo utilizado como marcador discursivo, refletindo hesitação, estratégias de reformulação da fala ou de topicalização de informações no decorrer da fala e também como pergunta referencial, de acordo com os contextos de uso, apresentando-se nas formas “*tá bom*”, “*então tá*”, “*então tá bom*”, “*ah tá*”, “*ai tá*”, “*tá bem*”. Para desenvolver esse trabalho, fundamentou-se a análise no paradigma da gramaticalização e discursivização, que reconhece o caráter fluido, dinâmico, em constante mudança da língua e da linguagem. Utilizou-se como *corpus* “A língua falada e escrita na região Norte-Noroeste Fluminense”, do grupo de estudos Linguagem e Educação, do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL/UENF). Com a intenção de coletar dados em faixas etárias e níveis de escolaridade distintos e para uma apreciação qualitativa e quantitativa dos dados, analisaram-se entrevistas nas modalidades oral e escrita, totalizando 285 ocorrências da partícula *tá*. Ao final, verificou-se que, de fato, o item *tá* tem sofrido mudanças, deixando de servir à função prototípica ou a referenciais externos para assumir funções pragmático-discursivas.

Palavras-chave: Língua e linguagem. Funcionalismo. Gramaticalização. Discursivização. Gramática funcional.

1. Introdução

A partir do funcionalismo, entende-se a língua(gem) como algo fluido, dinâmico, em processo, que se concretiza na ação comunicativa. Desta maneira, perceber e analisar as mudanças que ocorrem com a linguagem é importante para compreender tais processos e, sobretudo, as diferenciações que a língua apresenta dentre os diversos grupos sociais.

Neste artigo, enfatiza-se o objetivo geral de analisar o item lexical *tá* nos contextos comunicativos da população do interior do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, da região Norte-Noroeste Fluminense, sob a perspectiva funcionalista da linguagem, tendo por objetivos especí-

ficos:

- a) Abordar o paradigma funcionalista da linguagem com foco nas teorias da gramaticalização e discursivização;
- b) Apresentar contextos de ações comunicativas pelos quais o item sofre alteração;
- c) Constatar o processo de discursivização e/ou gramaticalização do vocabulário.

Sob a hipótese de que o item *tá* vem sofrendo alterações semânticas e sintáticas, sob o crivo de um processo de discursivização e talvez de gramaticalização, sendo utilizado como marcador discursivo, refletindo hesitação, estratégias de reformação da fala ou de topicalização de informações no decorrer da fala e também como pergunta referencial, de acordo com os contextos de uso, apresentando-se nas formas “tá bom”, “então tá”, “então tá bom”, “ah tá”, “aí tá”, “tá bem”, tomou-se como base de estudo o *corpus* “A língua falada e escrita na região Norte-Noroeste Fluminense”, do grupo de estudos Linguagem e Educação, do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL/UENF). Com a intenção de coletar dados em faixas etárias e níveis de escolaridade distintos e para uma apreciação qualitativa e quantitativa dos dados, analisaram-se entrevistas nas modalidades oral e escrita, totalizando 285 ocorrências da partícula *tá*.

A análise justifica-se pela noção de “gramática emergente”, que fundamenta a ideia de não existir uma gramática estável, mas um processo contínuo de organização gramatical, o que deve ser entendido pelo processo contínuo de gramaticalização. E pelo aspecto social, constata-se que a sociedade como organismo/sistema³⁰ está em constante retroalimentação/desenvolvimento e as análises dessas mudanças, neste artigo, as linguísticas, desde as mais singelas até as aprofundadas, contribuem, de certa forma, para impulsionar e/ou tentar explicar essas transformações do mundo contemporâneo, enriquecendo as discussões acadêmicas e sociais.

³⁰ Herbert Spencer (filósofo inglês), no século XIX, parte da definição de sociedade como um organismo. Por analogia, destaca, então, processos de crescimento, expressos através de diferenciações estruturais e funcionais. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/herbert-spencer.jhtm>.

Assim, o estudo desenvolve-se sob o enfoque do paradigma funcionalista da linguagem, abordando as perspectivas da gramaticalização e discursivização, tendo, para a análise, a consulta ao *corpus* do grupo de estudos Linguagem e Educação, com o intuito de apresentar contextos comunicativos que constatem o processo de mudança do item lexical *tá*.

2. O funcionalismo e o processo de gramaticalização/discursivização

O funcionalismo é uma escola linguística que se opõe aos princípios do estruturalismo e do gerativismo, por se preocupar em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diversos contextos comunicativos em que são usadas. Essa escola concebe a linguagem como uma ação, um instrumento de interação social, alinhando a relação entre linguagem e sociedade. Seus estudos vão além da análise estrutural da gramática; buscam no ato comunicativo (que abrange interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo) a motivação para os fatos da língua. Além disso, a análise funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições de produção discursiva.

Assim, conforme Maria Angélica Furtado da Cunha (2008), a língua não constitui um sistema fechado, acabado, autônomo independente do uso social e, sim, corresponde a uma adaptação pelo falante, dadas as diferentes situações comunicativas. Na Europa, o Funcionalismo começou por volta de 1926, em que, no Círculo Linguístico de Praga, tiveram início as primeiras análises na linha funcionalista. Os linguistas (Vilém Mathesius, Nikolaj Trubetzkoy, Roman Jakobson, André Martinet) pertencentes a esse círculo opunham-se à distinção entre sincronia e diacronia, assim como a noção de homogeneidade do sistema linguístico, enfatizando o caráter multifuncional da linguagem, a importância das funções expressiva e conativa, além da referencial. Na Escola de Londres, sobretudo, as ideias de Michael K. Halliday centraram-se em um conceito mais amplo de função, incluindo tanto as funções de enunciados e textos quanto as de unidades dentro de uma estrutura. Foi por volta de 1975 que as análises explicitamente funcionalistas proliferaram na literatura norte-americana. Alguns linguistas de destaque foram: Givón, Sandra Thompson, Paul Hopper. Os trabalhos dessa linhagem seguem questões de mudança linguística, gramaticalização e empréstimo.

No Brasil, os estudos funcionalistas são impulsionados a partir da década de 1980, com a constituição de grupos de pesquisadores que pro-

põem questões de ordem comunicativa e cognitiva para analisar os funcionamentos morfossintáticos em textos falados e escritos. Entre os grupos, cita-se o Projeto Norma Urbana Culta (várias capitais fazem parte), Projeto de Estudo do Uso da Língua da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Peul-UFRJ – participação de destaque de Anthony Julius Naro) e do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (sediado em várias universidades – destaque em pesquisas: Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario, Mariângela Rios de Oliveira, Maria Angélica Furtado da Cunha). Nessa perspectiva funcionalista norte-americana, preponderam os princípios de informatividade, iconicidade, marcação, transitividade, plano discursivo e gramaticalização. Para esse artigo, vai-se abordar apenas o princípio da gramaticalização.

Sendo a língua algo dinâmico, inacabado, a gramática, nessa visão funcionalista, é considerada um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes. E isso conjuga com o fato de que, ao lado de padrões morfossintáticos estáveis, sistematizadas pelo uso, a gramática de qualquer língua exibe mecanismos de codificação emergentes como conseqüências de necessidades. Por algum motivo, essas variações estabilizam, resultando em uma reformulação da gramática. Nesse sentido, a gramática é um sistema maleável; sendo um sistema, é parcialmente estável, autônomo e, ao mesmo tempo, adaptativo, de maneira que corresponda às pressões externas ao sistema (MARTELOTTA; VOTRE & CEZARIO, 1996). O conceito de discurso consolidou-se a partir de Gillian Sankoff e Penelope Brown (1976). De acordo com Mário Eduardo Martelotta; Sebastião Josué Votre; Maria Maura Cezario (1996, n.p.), o conceito relaciona-se “às estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte e em uma determinada situação de comunicação”.

A noção de gramaticalização foi iniciada por Antoine Meillet (1965), conforme Erotilde Goreti Pezatti (2004), sofrendo uma atualização a partir de 1970, aproximando mais da concepção funcionalista. Assim, o conceito de gramaticalização pode ser entendido como “um processo pelo qual um item lexical, ou uma estrutura lexical passa, em certos contextos, a exercer uma função gramatical ou um item já gramatical passa a exercer uma função ainda mais gramatical”. (HEINE *et al.*, 1991, *apud* PEZATTI, 2004, p. 196)

Por ter algumas divergências em termos do conceito, Erotilde Goreti Pezatti (2004) também apresenta outros conceitos de gramaticalização, como:

[...] o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. (CASTILHO, 1997, p. 31 *apud* PEZATTI, 2004, p. 196)

Para a pesquisadora, o que o estudo desse processo coloca em questão é “a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa das línguas e o caráter não-discreto de suas categorias” (NEVES, 1997, p. 115,116 *apud* PEZATTI, 2004, p. 197). Mário Eduardo Martelotta; Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario (1996, n.p.) contribuem com a conceituação de gramaticalização como um processo unidirecional, sob o qual “itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Com isso, reafirma-se o entendimento, sobretudo, de que os usos das expressões linguísticas são determinados pelas condições reais de prática comunicativa. Com base nesse conceito, alguns teóricos recusam-se a reconhecer limites, fronteiras teóricas ou metodológicas entre sintaxe e a organização semântica e pragmática, considerando dimensões interdependentes, mesmo que o componente formal tenha força quase suprema, para o caso da maioria das correntes. Para a perspectiva funcionalista, existe uma relação não-arbitrária entre a estrutura da língua e suas regularidades, “justificadas” pelas escolhas dos falantes no ato de fala.

Para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Por um lado, não há estruturas linguísticas que operem independentes do significado; por outro lado, se fatores discursivos contribuem para codificação sintática, então a pragmática deve ser incorporada à gramática. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas – seus contextos específicos de uso e os propósitos comunicativos dos interlocutores. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura é uma variável dependente, pois são os usos da língua que, ao longo dos tempos, dão forma ao sistema. A necessidade de investigar a sintaxe em termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais. (CUNHA, 2008, p. 174)

Outro processo de mudança é a discursivização. Ambos os processos, gramaticalização e discursivização, constituem processos de mudança linguística. Gramaticalização “leva um item ou construção sintática a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas”. Já discursivização “leva o item gramaticalizado

a assumir função de marcador discursivo, reorganizando o discurso, quando a sua restrição de linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda da linearidade”. (MARTELOTTA; VOTRE & CEZARIO, 1996)

Apesar de algumas aproximações e paralelismos, tais conceitos não possuem hierarquia ou sequência, como se o processo de discursivização fosse necessariamente posterior ao de gramaticalização. A discursivização deve ser compreendida como um processo distinto da gramaticalização, pois abrange elementos que são utilizados em um campo mais amplo do que o da gramática, marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, sem necessariamente estabelecer relações entre elementos da gramática.

Sobre os marcadores discursivos, de acordo com Mário Eduardo Martelotta; Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario (1996, n.p.), pode-se compreender que desempenham um conjunto de funções que, na prática, sobrepõem-se e se confundem, já que estão ligadas a reformulações da fala, feitas para melhor compreensão das informações transmitidas. Tais funções têm relação com a preocupação do falante, no momento de processar a fala, a respeito do seu discurso e da recepção do ouvinte.

Algumas funções do marcador discursivo são:

- marcar hesitação ou reformulações;
- modalizar o discurso, marcando ou não comprometimento do falante em relação ao que fala;
- marcar mudança de direção comunicativa, que pode se manifestar, por exemplo, em aberturas de concessões em relação ao já dito;
- criar reticências;
- retomar referentes já mencionados, fazendo-os tópicos para o que vai ser dito em seguida;
- marcar plano discursivo de fundo;
- preencher vazios causados por pausas para calcular as informações subsequentes.

Algumas delas serão vistas na análise do *corpus*, a seguir.

3. Metodologia e análise dos textos

A análise é fundamentada no paradigma funcional da linguística, sob o viés dos processos de gramaticalização e discursivização. A base do estudo é o *corpus* “A língua falada e escrita na região Norte-Noroeste Fluminense”, do grupo de estudos Linguagem e Educação, do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL/UENF). O *corpus* é composto por depoimentos de 143 informantes, sendo 77 da região Noroeste e 66 da região Norte Fluminense.

Por meio de entrevista estruturada, sendo o informante avisado, de antemão, quais são os cinco itens que serão abordados, cada um destes produziu cinco tipos distintos de textos orais e escritos. Os tipos de textos são: 1) Narrativa de experiência pessoal; 2) Narrativa recontada; 3) Descrição de local; 4) Relato de procedimento; e 5) Relato de opinião. Para a análise, não se distinguiu o tipo de texto em que se deu a ocorrência da partícula *tá*; apenas se foi na modalidade oral ou escrita e o nível de escolaridade do sujeito. Todas as ocorrências da partícula *tá* no *corpus* foram analisadas, sendo escolhido um exemplo de cada nível de escolaridade para compor o artigo: um fragmento de fala do informante do EJA/PROEJA; um do ensino fundamental; um do ensino médio/formação de professores; um do ensino superior/mestrado.

Das 285 ocorrências de uso da partícula *tá* nos diferentes tipos de discurso que o *corpus* apresentou, apenas quatro ocorreram na modalidade escrita. Das quatro ocorrências, duas estavam em sua forma prototípica, ou seja, como contração do *está* (conjugação da terceira pessoa do singular do verbo *estar* no presente do indicativo), uma estava como contração do verbo *estar* no infinitivo e uma estava como termo isolado, impossibilitando a análise do termo. Os três usos foram feitos por diferentes escolaridades: ensino médio, ensino médio incompleto, ensino superior incompleto e superior completo.

Vejamos cada uma delas:

“O município não deve ter verba porque nossa cidade **ta** abandonada”. (Ensino Médio)

No fragmento acima, a partícula *tá* está em sua forma prototípica (mesmo com a falta de acento), como contração do verbo *estar* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. O mesmo ocorre no fragmento abaixo:

“por isso que o ensino no Brasil ta uma porcaria, mas não adianta argumentar, porque eles só pensam no bolso deles”. (Superior Completo)

Esse uso prototípico da partícula **tá** é mais comum em situação informal de fala. Mas também ocorre em situação de escrita informal, o que explica terem aparecido nos casos acima.

A terceira ocorrência da partícula **tá** em situação de escrita no corpus analisado foi o fragmento abaixo:

“Por que que inclusive o diretor di que o serviço fica sempre errado tem **tá** sempre corrigindo”. (Ensino Médio Incompleto)

Esse uso da partícula **tá** como contração do verbo estar no infinitivo é mais comum em situação informal de fala em grupos de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso – ensino médio incompleto (mais baixa escolaridade em ocorrência da partícula **tá** na escrita, no corpus analisado). Isso fica marcado ao longo do texto, com a exposição de problemas gramaticais, como o uso de “di” no lugar da preposição “de” e a falta de conectivos, tornando-o truncado.

A quarta e última ocorrência da partícula **tá** em situação de escrita no corpus analisado foi o fragmento abaixo:

“Sim, porque muitas pessoas costumam falar muitas palavras como né, **tá**, se, aí e outras”. (Ensino Superior Incompleto)

Como a partícula **tá** está isolada, não há como analisar o sentido de sua ocorrência.

As outras 281 ocorrências da partícula **tá** deram-se em situação de fala. Elas foram divididas assim, de acordo com o nível de escolaridade dos falantes:

Escolaridade não informada		
Uso prototípico	Marcador discursivo	Pergunta referencial
3	0	0
EJA/PROEJA		
Uso prototípico	Marcador discursivo	Pergunta referencial
26	2	0
Ensino Fundamental		
Uso prototípico	Marcador discursivo	Pergunta referencial
49	5	2
Ensino Médio/Formação de Professores		
Uso prototípico	Marcador discursivo	Pergunta referencial
72	15	0
Ensino Superior/Mestrado		

Uso prototípico	Marcador discursivo	Pergunta referencial
78	26	3

Tabela:
Quantidade de ocorrências da partícula *tá* em situação de fala pela escolaridade.

Verificaram-se três formas de uso da partícula *tá* nos diferentes graus de escolaridade:

1) Uso prototípico (contração do *está* - conjugação da terceira pessoa do singular do verbo *estar* no presente do indicativo - ou do verbo *estar* no infinitivo).

Vejamos um exemplo de ocorrência em cada escolaridade:

“é importante... pra você saber o que você tá escrevendo... saber escrever...”
(Escolaridade não informada)

“naquilo que você tá estudando... a escrita pode ser o seu diferencial também lá na frente...” (EJA/PROEJA)

“mas agora que teve um negócio do petróleo *é/a* água *tá* suja/não pode nem tomar banho direito...” (Ensino Fundamental)

“porque quando você trabalha num trabalho por conta própria você tem que *tá* sempre *é* perto daquilo que você pode desenvolver. (Ensino Médio)

“*tá* tendo um novo momento de formação de leitores... as escolas/as bibliotecas das escolas pelo menos estaduais né?...” (Mestrado)

O uso prototípico da partícula *tá* foi o mais utilizado por todos os grupos de escolaridade, totalizando 228 ocorrências em situação de fala. Inicialmente, pode-se surpreender por essa forma ter sido a mais usada pelo grupo do ensino superior/mestrado; mas só se se levar em consideração os números absolutos. Uma razão lógica é que este grupo teve maior número de ocorrências (independentemente da forma) da partícula *tá*. Proporcionalmente comparando este uso com os outros dois, o grupo que mais usou (por só ter usado essa forma) foi o de escolaridade não informada, seguido de EJA/PROEJA, ensino fundamental, ensino médio e formação de professores e, por último, ensino superior e mestrado. Esse *ranking* de escolaridades quanto a esse uso era esperado, por ser o que mais se aproxima do uso literal do termo.

2) Como marcador discursivo, refletindo hesitação, estratégias de reformulação da fala ou de topicalização de informações no decorrer da fala.

“eu acho que a coisa que mais dói... e marca a pessoa... é as pessoas falar al-

guma coisa que você não é... tá:... tipo:... metida... fofoqueira... e burra...” (EJA/PROEJA)

“olha ninguém se molha e que senão não entra dentro do carro de novo... aí tá... fomos lá...” (Ensino Fundamental)

“ensinar a fazer brigadeiro... aí você tem que:... ((risos)) tá:... é:... duas... coloca na panela... uma lata de leite condensado...” (Ensino Médio)

“então... eu uso o método antigo... tá?...” (Ensino Superior)

O uso da partícula *tá* como marcador discursivo contabilizou 48 ocorrências, sendo o grupo do Ensino Superior/Mestrado o de maior ocorrência, tanto em números absolutos quanto proporcionais. Esse resultado é favorável à hipótese de Mário Eduardo Martelotta no artigo “Uso do marcador discursivo *tá*?”, sobre o uso mais recorrente do marcador discursivo *tá* por falantes de maior nível de escolaridade:

Níveis de escolaridade mais altos favorecem o uso do marcador discursivo *tá*?, em função do fato de que esse tipo de elemento linguístico reflete estratégias interativas complexas, utilizadas normalmente por falantes que têm um melhor domínio da pluridimensionalidade do ato da comunicação. (MARTELOTTA, 2009, p. 105)

3) Como pergunta referencial, que, de fato, pedia a resposta do ouvinte (no caso, o entrevistador), possivelmente para saber se a resposta estava suficiente para ele.

“os ônibus todos lotados tem poucos ônibus as escolas nãoestão: : nãoestão ensinando direito... *tá* bom?” (Ensino Fundamental)

“são coisas que... você... tem que deixar:... Deus agir né?... [Uhn...Uhn...]**Tá** Bom?” [Ok.] (Ensino Superior)

O uso da partícula *tá* como pergunta referencial foi o menos usado, contabilizando cinco ocorrências: duas no ensino fundamental e três no ensino superior/mestrado. Acredita-se que elas só tenham aparecido por se tratar de uma situação marcada, o tempo todo, por falas do entrevistador e do informante, havendo preocupação, por parte dos informantes do nível superior/mestrado, e insegurança, por parte dos informantes do nível fundamental, de saber se está se fazendo entender pelo entrevistador. Se fosse uma situação corriqueira de fala, provavelmente nem apareceriam, porque, como explica Mário Eduardo Martelotta (2009), a partícula *tá* (dentre outras), proveniente de perguntas referenciais, que pedem a resposta do ouvinte (no caso deste corpus, o entrevistador), tem sofrido um processo de mudança, deixando

[...] de servir a propósitos referenciais externos para assumir funções pragmático-discursivas no sentido de viabilizar, no ato da comunicação falada, a rela-

ção produção/recepção, que pode ser comprometida por fatores ligados à atenção dos participantes, a contextos de improviso, que geram constantes quebras e reformulações, a pausas para reflexão etc. (MARTELOTTA, 2009, p. 91)

4. Considerações finais

Neste trabalho, abordou-se a perspectiva do funcionalismo, que concebe a linguagem como um meio de interação social, tendo, nos seus estudos, interesse em ir além da estrutura gramatical, de buscar, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Assim, visa explicar as regularidades da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica seu uso, admitindo que os fenômenos linguísticos são o resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades comunicativas dos usuários da língua.

Ao compreender que a função principal da língua é a contínua interação entre as pessoas, que ora são falantes, ora ouvintes, reafirmamos que, de alguma maneira, essa função condiciona a forma do código linguístico – constatação reconhecida pelos processos de gramaticalização e de discursivização.

Com a análise de ocorrências da partícula *tá* no *corpus* “A língua falada e escrita na região Norte-Noroeste Fluminense”, do grupo de estudos Linguagem e Educação, do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL/UENF), constatou-se a hipótese de que, de fato, o item *tá* vem sofrendo alterações semânticas e sintáticas, indo além de seu uso prototípico (categorizado pela gramática prescritiva como a contração da terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo estar), sob o crivo de um processo de discursivização e talvez de gramaticalização, sendo utilizado como marcador discursivo, refletindo hesitação, estratégias de reformação da fala ou de topicalização de informações no decorrer da fala e também como pergunta referencial, de acordo com os contextos de uso, apresentando-se nas formas “tá bom”, “então tá”, “então tá bom”, “ah tá”, “ai tá”, “tá bem”.

Verificou-se, também, a ocorrência da partícula *tá* como marcador discursivo nos níveis mais altos de escolaridade, confirmando-se a hipótese de Mário Eduardo Martelotta (2009) sobre o uso mais recorrente do marcador discursivo *tá* por falantes de maior nível de escolaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria Angélica Furtado. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-176.

LUQUETTI, Eliana Crispim França. (Org.). *Corpus “A língua falada e escrita na região Norte-Noroeste Fluminense”*. Grupo de estudos Linguagem e Educação do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL/UENF). Campos: Eduenf, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Usos do marcador discursivo *tá?* *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora, vol. 1, n. 1, p. 89-106, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo067.pdf>>. Acesso em: 01-08-2015.

_____; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUS-SALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.